

A QUESTÃO DA INFORMAÇÃO E A REALIZAÇÃO DA DEMOCRÁCIA

Julio César Tadeu Barbosa
(Professor do IAC/PUCCAMP)

“O poder não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição ~~aqueles~~ que ‘não o possuem’; ele os investe, impõe-se por meio deles e através deles; apóia-se sobre eles, exatamente como eles próprios, na luta contra ele, apóiam-se por sua vez sobre as conquistas que o poder exerce sobre eles.”

Michel FOUCAULT

A realização da democracia pressupõe a existência de diversos níveis ou dimensões da realidade. Estes não se encerram nos níveis político e econômico, mas compreendem também os da informação e da personalidade. Os estudos clássicos sobre a existência ou não da democracia tendem a privilegiar os dois primeiros aspectos, em detrimento dos dois últimos. O texto seguinte propõe uma reflexão sumária sobre o nível da informação e os problemas de difusão de um saber dito social, apontando para a conclusão que a própria existência de um aparato destinado a reproduzir o sistema pode ressaltar as contradições a ele imanentes, à medida que seus beneficiários são a ínfima minoria dos componentes do grupo social.

a) A propósito de democracia

Quando pensamos as condições em que a democracia era exercitada pelos atenienses nos séculos V/III a.C., fica claro por quê as práticas de democracia evoluíram (involuíram ?) para as formas representativas.

Os cidadãos de Atenas se reuniam no *Ágora* e discutiam as questões de interesse da cidade (*polis*), decidindo-as direta e imediatamente. Este processo era possível porque a população era reduzida e somente os homens livres podiam dele participar (homens = sexo masculino). Assim, na verdade a antiga democracia direta não era realmente democrática, mormente pela base escravocrata em que se apoiava a ínfima minoria de “cidadãos”.

À medida que o universo político do cidadão grego estava adstrito à *polis*, a sua integração na sociedade se dava de tal forma que se pode dizer que inexistia a dicotomia Sociedade Civil-Estado, uma característica da sociedade contemporânea, cujas origens, entretanto, remontam ao Estado-Nacional Moderno.

Paradoxalmente a democracia grega tinha como fundamento a liberdade (dos cidadãos) e se caracterizava por três princípios básicos:

1. a **isonomia**, o princípio que todos são iguais perante a lei;
2. a **isegoria**, que garante a todos os cidadãos o igual direito de falar;
3. a **isotimia**, o direito que qualquer cidadão tem de ter acesso às funções públicas.

Além desses três princípios, os atenienses escolhiam os servidores públicos através de sorteio — o que garantia absoluta igualdade entre os concorrentes —, e responsabilizavam-nos por sua atuação. Tudo isto decidido no *Ágora*, a praça que possuía as funções de parlamento nacional.

Modernamente, o direito público incorporou os princípios básicos da democracia ateniense. Entretanto, o sorteio para preenchimento das funções públicas deu lugar às **eleições**, e as reuniões e deliberações em praça pública, com a presença de todos, foram substituídas por formas representativas de organização do poder político.

Isto se deve à extrema complexidade com que se revestem as relações nas hodiernas sociedades industriais, quer em termos do agigantamento das instituições e organizações que as compõem, quer pelas enormes massas populacionais, o que explica determinados fenômenos, como o da “*indústria cultural*”. Além destes fatores, alguns argumentam a propósito das dificuldades do *homo medius* formar opinião sobre assuntos que exigem conhecimentos técnicos específicos. Por outro lado, o número de decisões que devem ser tomadas diariamente, a respeito de assuntos os mais díspares possíveis, inviabilizam quaisquer consultas mais amplas, à parte o fato que o processo decisório simplesmente se estagnaria, salvo se em cada residência houvesse um terminal de computador onde os cidadãos pudessem manifestar sua opinião.

Fatores como os apontados, que Norberto Bobbio denominou de “paradoxos da democracia moderna” têm levado, cada vez mais, ao fortalecimento da democracia indireta ou representativa.

Neste sentido, e sem embargo da importância de todas as formas de participação política — que se deve dar continuamente — o sufrágio (em ambos os sentidos), e as eleições (processo de escolha dos representantes) se revestem de uma importância ímpar à medida que são as únicas formas — fora da revolução — de substituição dos governantes e de modificar as práticas políticas. Não acontecem revoluções todos os dias, ou pela vontade de alguns poucos — e a via parlamentar pode levar a alternativas, desde que haja todo um processo de participação política antes, durante e após as eleições (mobilização, organização, conscientização e militância).

Ainda que possa parecer uma argumentação abstrata, a história não apresentou alternativas razoáveis/viáveis, que não uma variante das eleições. Assim, fique claro que as considero como ponto pacífico e essencial do processo de participação política. O que deve ser discutido são a forma e as regras que as regulamentam, bem como as maneiras de se aumentar a participação política direta dos indivíduos, em que pese aos apontados “paradoxos”. Ou seja, institucionalizar mecanismos nas democracias representativas, que ampliem os canais de participação de todos, de maneira a reduzir a autonomia dos representantes em relação aos representados, e ao mesmo tempo aumente seu compromisso com estes.

De qualquer maneira, as várias formas de participação política têm um objetivo comum: a realização da democracia. Ao se pensar as eleições como uma daquelas formas, deve-se ter em conta que elas se inserem em um nível mais amplo, ou seja, as condições em que se realizam, quem delas participa, os grupos excluídos etc. Não houvesse a referência à democracia e todas as eleições seriam legítimas.

Mas que é democracia? Da mesma maneira que as idéias de liberdade e de justiça, a de democracia não é facilmente apropriável por conceito ou conceitos. Para os objetivos propostos neste texto, Claude Lefort elaborou uma das mais aceitáveis formulações. Para ele, a democracia deve ser pensada em quatro níveis ou dimensões, que são as dimensões da própria realidade:

1. o nível político, que se refere à organização de poder e autoridade;
2. o nível econômico, relativo à produção, distribuição, consumo de bens sociais e sua organização;
3. o nível da informação, o de como o saber se constitui e se difunde na sociedade e, por último,
4. o nível da personalidade, que é o dos símbolos e representações positivas/negativas ligados aos desejos dos homens numa cultura dada.

Falar de democracia, dessarte, pressupõe a existência de cada um daqueles níveis ou dimensões, que, por sua vez, devem ser referidos a determinados conceitos-chaves (os de comunidade, igualdade, autonomia, participação, mobilidade, abertura e conflito). Os níveis são reciprocamente dependentes e se interagem simultaneamente, sem o que a democracia não se realiza.

Por via de regra os trabalhos acadêmicos privilegiam os níveis político e/ou econômico em suas análises. Naquele ao discorrer sobre o processo decisório, neste ao tratar da apropriação do produto social e do controle dos meios de produção. Os níveis da informação e o da personalidade são relegados a papéis secundários.

É no nível da informação, entretanto, que vamos encontrar o discurso competente e as outras falas.

Informação e Controle Social

A participação do sujeito na sociedade em que está inserido, se dá em função daquilo que sabe, i.e. do nível (quantidade e qualidade) de informações de que dispõe a respeito de seus mecanismos reguladores. Ademais, devem ser considerados também o acesso à determinadas fontes de informações e as possibilidades de aproveitamento de novas informações.

À medida que os sujeitos sociais tenham mais informações sobre seu próprio meio, tenderão a refletí-lo de modo que os próprios fundamentos sobre os quais se assentam a sociedade podem vir a ser tematizados.

Neste sentido, o ato de reflexão se põe como a negação do discurso ideológico, pois se este busca moldar todos os sujeitos sociais “à imagem da classe dominante”¹, escamoteando as diferenças sociais, aquele busca justamente elevar ao conhecimento tais diferenças.

Daf, à tematização dos fundamentos da vida social é um breve percurso. As implicações são evidentes, pois a reflexão crítica poderá apontar para a construção, ou melhor, para a necessidade de re-construção de uma nova ordem social.

É nesta perspectiva que alguns trabalhos mais recentes de Habermas e de Offe² apontam para o que denominam de instrumentalização do saber no capitalismo tardio. Torna-se essencial ao Poder a produção de um tipo de saber que sirva à dominação, cuidando para que o saber aplicado reproduza a ele próprio, i.e., ao Poder que o engendra.

Ao se tornar instrumental, o saber produzido deixa de ser questionado, eis que sua produção se dá a partir de critérios e normas técnicas, o que por seu turno privilegia aos que conhecem tais normas: os tecnocratas.

O próprio Poder passa a ser justificado em função da existência daquelas normas, que por não serem questionadas (o não questionamento se apresenta como impossibilidade absoluta) fazem com que o Poder não o seja. No mesmo sentido que Habermas e Offe, Tragtemberg diz que “a instrumentalização do saber é uma das características dominantes na cultura do capitalismo moderno, e é produzida por alguns aparelhos ideológicos”³.

Dentre estes, a própria Universidade e os grandes centros de pesquisa, cuja produção é voltada para a manutenção das estruturas vigentes. Nos EUA, p. ex., a vinculação entre os grandes centros de pesquisa estatais (**big science** e **developmental research**) e os interesses do Pentágono são evidentes.

O modelo se espalha pelos associados-dependentes, veja-se o Brasil, onde as razões de segurança nacional falam sempre mais alto que quaisquer interesses populares.

Não por acaso as pesquisas que mais se desenvolveram no país, foram as relativas à indústria bélica, sendo que em plena crise, a ENGESA e a EMBRAER demonstram vigores financeiro e econômico únicos, o que não é explicado tão-somente por razões de mercado. Deve ser apontada também a desproporcionalidade de verbas destinadas às pesquisas na área das ciências ditas sociais e as outras áreas do conhecimento.

É que as primeiras produzem um saber questionador, que aponta para as graves disparidades sociais existentes no seio da sociedade, ao passo que as últimas, altamente instrumentalizadas, não denunciam as mazelas do sistema.

O avanço na área de telecomunicações no Brasil é notável, e nem mesmo os mais ácidos opositores do regime podem negar a evidência. Neste ano, teremos inclusive nosso (nosso ?) próprio satélite, como as maiores potências mundiais.

Em contrapartida, dito de uma forma simplista, verdade é que o grosso da população está entregue à própria sorte/morte. Mas, paradoxalmente, se, por um lado foram privilegiados os setores considerados fundamentais para a manutenção e o crescimento da reprodução ampliada do regime, por outro a ausência de benefícios sociais significativos parece ter despertado consciências mais reivindicativas.

Ao imitar o sistema de produção e controle de saber americano, o regime, entretanto, não transformou o Estado no promotor do bem-estar e progresso coletivos (Welfare State), mas, antes, fê-lo aparecer como a causa impeditiva daqueles fatores, eis que a participação política, enquanto direito fundamental, foi negada sistematicamente à população.

Ao saber instrumental gerado pelo Poder, contrapõe-se o saber gerado pelas condições de existência das camadas populares. Em que pese a

não ter ele o nível de elaboração do primeiro, não ter seu aparente rigor epistemológico, adquire uma significação ímpar, à medida que fruto da própria vida. É o senso comum elevado à condição de verdade.

Assim, as contradições se tornam tão gritantes — de um lado se incorporam à vida de alguns os últimos avanços tecnológicos na área da informática, de outro pessoas morrem de fome — que ou o pacto social, também na área de informações se refaz, ou os marginalizados se levantam para cobrar a sua cota.

Notas Bibliográficas

(1) CHAUI, Marilena. **O discurso competente e outras falas**. São Paulo, Ed. Moderna, 1981, p. 4.

(2) V. especialmente Jürgen Habermas, "Was heisst heute Krise?" in *Merkur*, vol. 4/5, Abril/Mai. 1973, pp. 644/67 e *Rekonstruktion des historischen Materialismus*, Frankfurt/Main, Suhrkamp Verlag, 1976 e Claus Offe "Political Authority and Class Structures — An Analysis of late capitalism societies" in *International Journal of Sociology*, vol. II, nº 1, 1972, pp. 73/105.

(3) TRAGTEMBER, Maurício. "O Saber e o Poder" in REGIS DE MORAIS, J. F. (org.) **Construção Social da Enfermidade**, p. 181.